

Redentor Energia S.A.

*Informações Contábeis Intermediárias Referentes
ao Trimestre Findo em 30 de setembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

REDENTOR ENERGIA S.A.
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
3T2014

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2014 - A Redentor Energia S.A. (Bovespa - RDTR3) anuncia aos seus acionistas resultados do terceiro trimestre de 2014 (3T14).

A Redentor Energia S.A. (“Redentor ou Companhia”) é uma holding cujo único ativo operacional é seu investimento na RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), empresa que detém 13,03% de participação no capital social da Light S.A. (“Light”), que por sua vez atua nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

**A REDENTOR APRESENTA LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO ATÉ O
3T14 DE R\$18.924 MIL**

1. Destaques Financeiros, Operacionais e Societários - Consolidado

A Redentor apresenta até o 3T14 um lucro líquido acumulado de R\$18.924 MIL, que a exemplo dos períodos anteriores, está impactado pelo ganho proveniente de equivalência patrimonial da sua controlada RME no valor de R\$18.596 MIL, refletindo sua participação na Light.

Comparativamente com o resultado acumulado apurado até o 3T13, cujo lucro foi de R\$59.974 MIL, apurado pela equivalência patrimonial da RME na investida Light, representa uma redução de 68,45%, justificando-se pela performance da investida Light.

As receitas financeiras foram maiores em 6,84% neste 3T14 em comparação com 3T13, em virtude do maior volume de recursos aplicados até maio/2014.

2. Mercado de Capitais

As ações da Redentor encerraram o 3T14 cotadas a R\$6,74 contra R\$6,65 em junho de 2014, apresentando um aumento de 1,34% em relação ao valor da última negociação realizada no último dia do 3º trimestre de 2014.

As ações da Redentor estão sendo negociadas no mercado tradicional.

3. Serviços Prestados pelo Auditor Independente

A Companhia não contratou da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

4. Contatos

Roberto Schäfer de Castro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Telefones: + 0 XX (31) 3506-4897

e-mail: ri@cemig.com.br

Website: www.redentorenergia.com.br

5. Informações adicionais sobre Light

Maiores informações ou abertura de dados econômico-financeiros e operacionais sobre a Light poderão ser encontradas nos Comentários de Desempenho individuais da empresa, disponíveis na internet, através do endereço abaixo:

Light: www.light.com.br/ri

6. Aviso

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

7. Critérios contábeis adotados

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da RME.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Redentor Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Redentor Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa 7 às informações contábeis intermediárias, a investida indireta Light S.A. contabilizou, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (Internacional Financial Reporting Standards - IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7

REDENTOR ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8	1	12	8.630
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	769	18.320
Dividendos e JCP a receber	5	40.588	14.022	47.545	4.172
Tributos e contribuições	6.1	333	279	640	279
		<u>40.929</u>	<u>14.302</u>	<u>48.966</u>	<u>31.401</u>
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	4	1.162	1.492	1.162	5.625
Investimentos	7	436.383	471.239	428.356	453.132
Impostos diferidos	6.1	-	-	227	286
		<u>437.545</u>	<u>472.731</u>	<u>429.745</u>	<u>459.043</u>
Total do ativo		<u>478.474</u>	<u>487.033</u>	<u>478.711</u>	<u>490.444</u>
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		18	3	22	3
Tributos e contribuições	6.2	2	2	233	3.410
Dividendos a pagar	9	40.141	16.910	40.141	16.910
Outros		6	5	8	8
		<u>40.167</u>	<u>16.920</u>	<u>40.404</u>	<u>20.331</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	10	250.576	250.576	250.576	250.576
Reserva de lucros		122.820	122.820	122.820	122.820
Dividendos adicionais propostos		-	50.730	-	50.730
Ajuste de avaliação patrimonial		54.044	55.971	54.044	55.971
Outros resultados abrangentes		(9.984)	(9.984)	(9.984)	(9.984)
Lucros acumulados		20.851	-	20.851	-
		<u>438.307</u>	<u>470.113</u>	<u>438.307</u>	<u>470.113</u>
Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>478.474</u>	<u>487.033</u>	<u>478.711</u>	<u>490.444</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Receita operacional- Equivalência patrimonial	7	(6.916)	19.210	42.000	60.342	(6.919)	18.596	41.894	59.728
Despesas operacionais:									
Administrativas e gerais		(129)	(417)	(85)	(416)	(155)	(554)	(142)	(554)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(7.045)	18.793	41.915	59.926	(7.074)	18.042	41.752	59.174
Resultado financeiro:									
Receitas de aplicações financeiras		42	131	11	51	63	1.171	220	1.096
Despesas financeiras		-	-	(3)	(3)	-	-	(3)	(7)
		42	131	8	48	63	1.171	217	1.089
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.003)	18.924	41.923	59.974	(7.011)	19.213	41.969	60.263
Imposto de renda e contribuição social - correntes	6.3	-	-	-	-	27	(231)	(27)	(231)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.3	-	-	-	-	(19)	(58)	(19)	(58)
		-	-	-	-	8	(289)	(46)	(289)
Lucro (prejuízo) líquido do período		(7.003)	18.924	41.923	59.974	(7.003)	18.924	41.923	59.974
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação - R\$ (lote de mil ações)	11	(0,06456)	0,17445	0,38646	0,55285	(0,06456)	0,17445	0,38646	0,55285
Média ponderada de ações no exercício		108.480.848	108.480.848	108.480.848	108.480.848	108.480.848	108.480.848	108.480.848	108.480.848

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.003)	18.924	41.923	59.974	(7.003)	18.924	41.923	59.974
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(7.003)</u>	<u>18.924</u>	<u>41.923</u>	<u>59.974</u>	<u>(7.003)</u>	<u>18.924</u>	<u>41.923</u>	<u>59.974</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Ajuste aval. patrimonial		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		Reserva reflexa custo atribuído	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	250.576	7.896	86.075	20.827	58.846	(22.414)	22.414	424.220
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	-	-	-	-	(2.000)	-	2.000	-
Dividendos aprovados em AGO em 06/05/2013 - R\$/ação 0,19199	-	-	-	(20.827)	-	-	-	(20.827)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	59.974	59.974
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>250.576</u>	<u>7.896</u>	<u>86.075</u>	<u>-</u>	<u>56.846</u>	<u>(22.414)</u>	<u>84.388</u>	<u>463.367</u>
	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Ajuste aval. patrimonial		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		Reserva reflexa custo atribuído	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	250.576	11.456	111.364	50.730	55.971	(9.984)	-	470.113
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	-	-	-	-	(1.927)	-	1.927	-
Dividendos aprovados em AGO em 29/04/2014 - R\$/ação 0,46764	-	-	-	(50.730)	-	-	-	(50.730)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	18.924	18.924
Saldos em 30 de setembro de 2014	<u>250.576</u>	<u>11.456</u>	<u>111.364</u>	<u>-</u>	<u>54.044</u>	<u>(9.984)</u>	<u>20.851</u>	<u>438.307</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.924	59.974	19.213	60.263
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	7 (19.210)	(60.342)	(18.596)	(59.728)
Receitas financeiras oriundas de títulos e valores mobiliários	(131)	-	(1.171)	-
Variações nos ativos e passivos:				
Aumento (redução) fornecedores	15	-	19	-
Redução (aumento) tributos diferidos	-	-	(230)	-
Aumento (redução) tributos e contribuições a recuperar e pagar	(54)	(30)	(3.538)	(763)
Aumento (redução) em outras obrigações	1	(10)	-	(8)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	27.500	25.597	-	9.601
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>27.045</u>	<u>25.189</u>	<u>(4.303)</u>	<u>9.365</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Títulos e valores mobiliários	4 <u>461</u>	-	<u>23.184</u>	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	<u>461</u>	-	<u>23.184</u>	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	11 (27.499)	(26.097)	(27.499)	(26.097)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(27.499)</u>	<u>(26.097)</u>	<u>(27.499)</u>	<u>(26.097)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>7</u>	<u>(908)</u>	<u>(8.618)</u>	<u>(16.732)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	3 1	1.183	8.630	27.139
No fim do período	3 8	275	12	10.407
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>7</u>	<u>(908)</u>	<u>(8.618)</u>	<u>(16.732)</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços e despesas administrativas		(275)	(293)	(384)	(406)
Valor adicionado bruto		(275)	(293)	(384)	(406)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	7	19.210	60.342	18.596	59.728
Receitas financeiras		131	51	1.171	1.096
Valor adicionado total a distribuir		<u>19.066</u>	<u>60.100</u>	<u>19.383</u>	<u>60.418</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>19.066</u>	<u>60.100</u>	<u>19.383</u>	<u>60.418</u>
Pessoal					
Pró labore- Administradores		118	103	141	123
Encargos previdenciários - INSS		24	23	29	25
		<u>142</u>	<u>126</u>	<u>170</u>	<u>148</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	231	231
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	58	58
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>289</u>	<u>289</u>
Remuneração de capital de terceiros					
Juros		-	-	-	7
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos		<u>18.924</u>	<u>59.974</u>	<u>18.924</u>	<u>59.974</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

REDENTOR ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, PARA O TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais -R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Redentor Energia S.A. (“Companhia” ou “Redentor”), sociedade por ações de capital aberto, com sede em Belo Horizonte/MG, tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

A Companhia foi constituída em 29 de abril de 2010 por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A., e teve como aporte inicial de capital a totalidade as ações da empresa RME Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) que por sua vez, possuía 13,03% das ações da Light S.A. (“Light”). A Light é uma companhia aberta que atua como holding de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A controlada RME foi constituída em 23 de março de 2006, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto a participação, direta ou indireta, no capital de empresas que atuem no setor de energia elétrica.

Em 12 de maio de 2011, a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia (“Parati”), empresa coligada da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (“CEMIG”) adquiriu do Fundo de Investimento em Participações - PCP 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, tornando-se assim o seu acionista controlador.

Em 30 de setembro de 2011, a Parati adquiriu, por intermédio de leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da Redentor ocorrido em 27 de setembro de 2011, através do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, 46.341.664 ações ordinárias, correspondendo a 93,04% das ações em circulação e a 42,72% do total de ações. Desta forma a Parati passou a deter 96,80% do capital social da Redentor, remanescendo ainda em circulação 3,20% do capital total.

Em 14 de março de 2013, foi realizado o leilão da OPA Unificada, e a Parati adquiriu mais 6.451 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 0,19% das ações em circulação e 0,01% do capital social, passando a deter 105.019.680 ações ordinárias, representativas de 96,81% do capital social da Companhia, remanescendo ainda em circulação 3,19% do capital total.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas foi inferior ao montante mínimo de 2/3 das ações em circulação, conforme previsto no inciso II, do artigo 16, da Instrução CVM nº 361 de 5 de março de 2002, a Companhia está registrada perante a CVM, com suas ações ordinárias sendo negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA.

2. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.

A aprovação para conclusão das informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 14 de novembro de 2014.

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R) Demonstração Intermediária. As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o *International Accounting Standards (IAS) - Interim Financial Reporting* nº 34, e de acordo com o CPC 21 (R).

As informações financeiras intermediárias individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar as informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das informações financeiras individuais e consolidadas.

Estas informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas em 28 de março de 2014, as quais foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

O IAS 34 e o CPC 21 (R) requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo, quando aplicável.

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - Adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

IAS 39 -Impairment de ativos - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum efeito relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Numerário disponível	8	1	12	4
Aplicações financeiras	-	-	-	8.626
Total	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>12</u>	<u>8.630</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 99,50% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ATIVO CIRCULANTE				
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	3.121
Letras financeiras - Bancos	-	-	-	10.395
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	782
Títulos lastreados em debêntures	-	-	769	3.526
Outros	-	-	-	496
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>769</u>	<u>18.320</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Letras financeiras - Bancos	-	-	-	1.885
Títulos lastreados em debêntures	1.162	1.492	1.162	3.728
Outros	-	-	-	12
	<u>1.162</u>	<u>1.492</u>	<u>1.162</u>	<u>5.625</u>
Total	<u>1.162</u>	<u>1.492</u>	<u>1.931</u>	<u>23.945</u>

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 12.

5. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
RME	40.588	14.022	-	-
Light	-	-	47.545	4.172
Total	<u>40.588</u>	<u>14.022</u>	<u>47.545</u>	<u>4.172</u>

Em 30 de abril de 2014 foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos da controlada RME no montante de R\$54.066. Em 9 de maio de 2014 a controlada RME pagou o montante de R\$27.500, permanecendo o valor residual de R\$40.588 a serem pagos até 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de R\$14.022 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios da controlada RME, descontado da antecipação feita em dezembro 2013, no montante de R\$3.000.

No consolidado, os saldos de R\$47.545, em 30 de setembro de 2014 e R\$4.172, em 31 de dezembro de 2013, refletem os dividendos a receber da investida Light S.A.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

6.1. Tributos e contribuições - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicações financeiras	22	15	256	15
IRPJ e CSLL - correntes	311	264	384	264
IRPJ e CSLL - diferidos	-	-	227	286
Total	<u>333</u>	<u>279</u>	<u>867</u>	<u>565</u>
Circulante	333	279	640	279
Não circulante	-	-	227	286

Impostos diferidos

	Consolidado			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Base de cálculo	Tributos diferidos	Base de cálculo	Tributos diferidos
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social				
Adoção da Lei nº 11.638		668	227	842
				286

Os valores acima se referem à formação do ativo diferido na constituição da controlada RME em 2006, por conta de despesas pré-operacionais com assessorias e outros custos incorridos para a aquisição de participação da Light S.A.. Naquela ocasião, a decisão dos administradores foi pela amortização do diferido em 120 meses, conforme previa a legislação vigente à época. Com as

mudanças contábeis na adoção da Lei 11.638/07, o saldo do ativo diferido não amortizado até dezembro de 2010, foi liquidado diretamente no Patrimônio Líquido. No mesmo momento, a controlada constituiu um ativo fiscal diferido também com contrapartida no Patrimônio Líquido.

6.2. Tributos e contribuições - Passivo

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ e CSLL	-	-	231	2.112
PIS e COFINS s/JCP	-	-	-	1.296
Outros	2	2	2	2
Total	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>233</u>	<u>3.410</u>

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou, em conjunto com seus assessores legais, os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resulta em ajustes relevantes nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2014, assim como nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013. A Companhia optou pela não adoção antecipada da legislação em 2014.

6.3. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	18.924	59.974	19.213	60.263
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(6.434)</u>	<u>(20.391)</u>	<u>(6.532)</u>	<u>(20.489)</u>
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	6.531	20.516	6.323	20.307
Compensação de prejuízos/ não reconhecimento de créditos fiscais dadas incertezas na sua realização e outros	<u>(97)</u>	<u>(125)</u>	<u>(80)</u>	<u>(107)</u>
IR e CSLL apresentados na demonstração do resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(289)</u>	<u>(289)</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(231)	(231)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(58)	(58)

7. INVESTIMENTOSa) Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Rio Minas Energia Participações S.A.	436.383	471.239	-	-
Light S.A	-	-	428.356	453.132

b) Informações sobre a controlada Rio Minas Energia Participações S.A (controladora)

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Participação no capital	100%	100%
Total de ativos	477.209	488.672
Capital social integralizado	205.429	177.327
Patrimônio líquido	436.383	471.239
	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Lucro líquido do período de nove meses findo	19.210	60.342
Lucro (prejuízo) líquido do período de três meses findo	(6.916)	42.000

c) Informações sobre a investida indireta Light S.A. (consolidado)

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Participação no capital	13,03%	13,03%
Total dos ativos	13.032.503	13.002.207
Capital social integralizado	2.225.822	2.225.822
Patrimônio líquido	3.287.018	3.477.139
	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Lucro líquido do período de nove meses findo	142.698	458.325
Lucro (prejuízo) líquido do período de três meses findo	(53.095)	321.468

d) Movimento dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2014

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	471.239	453.132
Resultado de equivalência patrimonial	19.210	18.596
Dividendos adicionais aprovados	(54.066)	(43.372)
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>436.383</u>	<u>428.356</u>

Abaixo são apresentados o resumo dos balanços patrimoniais da investida indireta Light S.A. em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações de resultados dos trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Ativo</u>	<u>13.032.503</u>	<u>13.002.207</u>
Ativo circulante	3.168.320	3.495.756
Ativo não circulante	9.864.183	9.506.451
<u>Passivo</u>	<u>13.032.503</u>	<u>13.002.207</u>
Passivo circulante	2.951.462	3.318.462
Passivo não circulante	6.794.023	6.206.606
Patrimônio líquido	3.287.018	3.477.139

<u>Demonstração do resultado</u>	Consolidado	
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013 Reapresentado
Receita operacional líquida	1.837.633	1.737.581
Custo da operação	(1.592.377)	(945.651)
Lucro bruto	245.256	791.930
Despesas operacionais	(167.176)	(168.947)
Resultado equivalência patrimonial	(735)	(1.465)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	77.345	621.518
Resultado financeiro	(156.813)	(121.444)
Resultado antes do imposto renda e contribuição social	(79.468)	500.074
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7.443	(29.296)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.930	(149.310)
Lucro líquido do período	(53.095)	321.468

<u>Demonstração do resultado</u>	Consolidado	
	01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013 Reapresentado
Receita operacional líquida	5.935.640	5.602.342
Custo da operação	(4.833.411)	(4.008.516)
Lucro bruto	1.102.229	1.593.826
Despesas operacionais	(525.140)	(528.745)
Resultado equivalência patrimonial	(7.490)	(2.572)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	569.599	1.062.509
Resultado financeiro	(347.349)	(355.783)
Resultado antes imposto renda e contribuição social	222.160	706.726
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(89.467)	(102.124)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10.005	(146.277)
Lucro líquido do período	142.698	458.325

e) Repasse de recursos de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE na Investida Light S.A.

Em função das condições hidrológicas desfavoráveis desde o final do ano de 2012, entre elas, os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas esteve direcionado para o patamar máximo e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo no final do exercício de 2012 e início de 2013. Em função deste cenário e pelo fato das concessionárias de distribuição não terem gerência sobre esses custos, o governo federal brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE -

Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte destes efeitos para as distribuidoras nesse período.

Em 2014, o problema se ampliou em função do aumento da exposição involuntária das distribuidoras devido aos contratos que venceram em dezembro de 2013, o que fez com que novas medidas fossem necessárias, adicionais à Lei nº 12.783/13.

Para a cobertura do déficit do mês de janeiro de 2014, o governo editou o Decreto nº 8.203/14, de 07 de março de 2014, ampliando a destinação de recursos da CDE para neutralizar a exposição contratual involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada no Leilão de Energia Existente A-1 de dezembro de 2013.

Com o intuito de sanar o déficit tarifário das concessionárias de distribuição para os demais meses do ano (de fevereiro a dezembro de 2014), o governo editou, no dia 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/14, que determina a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulado CONTA-ACR, a ser administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para a qual serão destinados recursos a serem captados pela CCEE com as instituições financeiras para cobrir, total ou parcialmente, o déficit tarifário incorrido pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas aos Contratos por Disponibilidade.

Para regulamentar o referido Decreto, a Aneel instaurou Audiência Pública nº007/14, que divulgou, na data 16 de abril de 2014, o resultado final da AP, por meio da Nota Técnica 135/2014-SRE/Aneel e homologação da Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014. De acordo com os documentos disponibilizados, os recursos decorrentes do empréstimo da CCEE serão repassados para as distribuidoras nas suas respectivas contas vinculadas à liquidação no mercado de curto prazo. Em momento futuro, os recursos aportados serão pagos pelos consumidores cativos a partir dos reajustes tarifários de 2015, incorporados à CDE, cujo valor unitário será uniforme para todos os consumidores cativos do país.

O montante total reconhecido pela Light S.A. como consequência destas regulamentações foi de R\$1.547.852 no período de nove meses de 2014 (R\$764.647 nos primeiros nove meses de 2013), restando receber deste valor apenas R\$170.779 referente a setembro de 2014. Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia elétrica comprada para revenda, em contrapartida a outros créditos, no resultado do exercício, na rubrica Subvenção CDE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

f) Contrato de financiamento com o BNDES pela investida indireta Light SESA

Em 11 de setembro 2014, foi contratado financiamento pela investida indireta Light SESA, no valor de R\$580.056, junto ao BNDES, a um custo médio estimado de 8,37% a.a., para implantação do financiamento de investimentos dos anos de 2013 e 2014, dando como garantia uma fiança da Companhia e a cessão fiduciária de 2,30% da Receita Operacional Líquida (ROL) da investida indireta Light SESA, nos quais os recursos poderão ser liberados até 31 de março de 2015 mediante comprovação financeira. Até 30 de setembro de 2014, nenhum montante tinha sido ainda liberado referente a este contrato.

8. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2014, a Redentor Energia S.A tem como acionista controlador a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica, empresa de capital fechado, investida da CEMIG.

A composição acionária está divulgada na nota 10.

Em 30 de setembro de 2014, na controladora o saldo com partes relacionadas referia-se a dividendos a receber da controlada RME, no valor de R\$40.588, e no consolidado, dividendos da investida indireta Light no montante de R\$47.545.

A remuneração total dos Administradores, no período findo em 30 de setembro de 2014, corresponde na controladora a R\$142 (R\$123 em igual período de 2013) e no consolidado a R\$170 (R\$147 em igual período de 2013) reconhecidos como despesas administrativas e gerais. Na controladora a remuneração abrange o Conselho Fiscal, Administração e a Diretoria, e no consolidado é adicionado a remuneração da Diretoria da RME.

9. DIVIDENDOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$16.910 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício de 2013.

Em 29 de abril de 2014 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$50.730. Em 9 de maio de 2014 a Companhia liquidou R\$27.499, permanecendo o valor residual de R\$40.141 a ser pago até 31 de dezembro de 2014.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social da Redentor Energia S.A. está representado por R\$250.576, dividido em 108.480.828 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>%</u>
	ON		ON	
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica	105.019.680	96,81	105.019.680	96,81
Minoritários	<u>3.461.148</u>	3,19	<u>3.461.148</u>	3,19
Total	<u>108.480.828</u>	100,00	<u>108.480.828</u>	100,00

11. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Controladora	
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
NUMERADOR		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.003)	18.924
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	108.480.828	108.480.828
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária em R\$	(0,06456)	0,17445

	Controladora	
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
NUMERADOR		
Lucro líquido do período	41.923	59.974
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	108.480.828	108.480.828
Lucro básico e diluído por ação ordinária em R\$	0,38646	0,55285

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 não existem diferenças entre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	1	1
Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento	1.162	1.157	1.492	1.487
Dividendos a receber	40.588	40.588	14.022	14.022
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	18	18	3	3
Dividendos a pagar	40.141	40.141	16.910	16.910

	Consolidado			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	12	12	8.630	8.630
Títulos e valores mobiliários	769	765	18.320	18.263
Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento	1.162	1.157	5.625	5.608

Dividendos e JCP a receber	47.545	47.545	4.172	4.172
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	22	22	3	3
Dividendos a pagar	40.141	40.141	16.910	16.910

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

- Títulos e valores mobiliários

São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado, exceto pelos títulos classificados como mantidos até o vencimento, que estão registrados pelo critério de custo amortizado, e cujos efeitos foram demonstrados na tabela acima.

- Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como recebíveis e dividendos a pagar estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor justo.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuíam como instrumentos financeiros os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo através do resultado”, classificados como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente, ao ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, dividendos e JCP a receber, fornecedores e dividendos a pagar, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

c) Política de utilização de derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013.

d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

Risco de Taxas de Juros

A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de redução das taxas de juros nacionais, com impacto na rentabilidade de seus títulos e valores mobiliários.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” (cenário I) considerou a taxa de juros, projetando-se o CDI para 30 de setembro de 2015 em 11,71% conforme expectativa de mercado baseada em dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 03 de outubro de 2014. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

	Risco	Valor	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	Queda do CDI	1.931	2.157	2.101	2.044
Impacto decorrente de decréscimos nas taxas			226	170	113

O comportamento do saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A energia vendida pela investida Light é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasionará uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

13. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia é uma “holding”, que tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

Desta maneira, a Administração acredita que opera em um único segmento. Assim, a sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu segmento operacional.

14. SEGUROS

A Companhia, por ser uma “holding” com participação indireta na Light, por meio da sua controlada RME, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos tem contratado seguros para: i) *Directors & Officers* (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais, e desta forma sua Administração entende ser suficiente os seguros contratados.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Conclusão do aumento de capital e entrada da CEMIG GT no bloco de controle da investida indireta Renova Energia S.A (Investida da Light S.A.)

No dia 27 de outubro de 2014, em reunião do Conselho de Administração da investida indireta Renova Energia S.A., foi homologado o aumento de capital realizado pela CEMIG GT que subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da investida indireta Renova, no valor total de R\$1.550.072, sendo R\$810.129 mediante capitalização do AFAC feito na Companhia investida indireta e R\$739.943 integralizado mediante cessão, à investida indireta Renova, do AFAC realizado pela CEMIG GT na investida indireta Chipley.

Além da CEMIG GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 (incluindo as 655 sobras) ações ordinárias pelos demais acionistas da investida indireta Renova Energia S.A., totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas.

Segue a nova composição do capital da investida indireta Renova Energia:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de Controle	188.309.629	79,0%	-	-	188.309.629	59,1%
RR Participações	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT	87.186.035	36,6%	-	-	87.186.035	27,3%
Outros Acionistas	49.786.482	21,0%	80.408.816,0	100,0%	130.195.298	40,9%
RR Participações ⁽¹⁾	9.560.093	4,0%	-	-	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	23,2%	27.934.275	8,8%
InfraBrasil	11.651.467	4,9%	23.302.933	29,0%	34.954.400	11,0%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3%	10.940.586	13,6%	16.410.879	5,2%
Outros	13.793.204	5,9%	27.542.447	34,2%	41.335.651	12,9%
TOTAL	238.096.111	100,0%	80.408.816	100,0%	318.504.927	100,0%

⁽¹⁾ Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Após a homologação deste novo aumento no capital social da investida indireta Renova Energia, o percentual de participação da investida indireta Light Energia na investida indireta Renova Energia passou de 21,9% para 15,9%. Essa operação gerará, em outubro de 2014, um ganho de equivalência patrimonial na investida indireta Light Energia de R\$143.161.

b) Reajuste tarifário da investida indireta Light SESA

Em 4 de novembro de 2014, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste tarifário das tarifas da investida indireta Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 19,23% para o período iniciado em 07 de novembro de 2014, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 14,54%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará nos próximos doze meses, de 8,64%, considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de 3,95%.

c) Captação de empréstimo da investida indireta Light Energia com o Banco BNP Paribas Brasil S/A

Em 17 outubro de 2014, a investida indireta Light Energia contratou dívida em euro com o Banco BNP Paribas Brasil S/A, já com *swap* para CDI, no montante de R\$156.935 visando reforço do capital de giro, com prazo de dois anos, ao custo de CDI + 1,4% ao ano.

d) Quitação do contrato de empréstimo da investida indireta Light SESA com o Banco BNP Paribas Brasil S/A

Em 21 de outubro de 2014, ocorreu a quitação integral do contrato de empréstimo com o Banco BNP Paribas Brasil S/A, com pagamento de R\$111.965.

e) Negociação da 7ª Emissão de Debêntures da investida indireta Light SESA e 1ª Emissão de Debêntures da investida indireta Light Energia

Em 10 de novembro de 2014, considerando a existência de recursos disponíveis no caixa, a

Administração da Companhia da investida indireta publicou os editais de convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 7ª emissão de debêntures da investida indireta Light SESA e para a AGD da 1ª emissão de debêntures da investida indireta Light Energia, com a proposta de antecipação do vencimento destes instrumentos financeiros, anteriormente definido para o ano de 2016, para o dia 20 de dezembro de 2014.

f) Participação da investida indireta Renova Energia no Leilão de Energia de Reserva de 2014 (“LER 2014”)

Em 31 de outubro de 2014, a investida indireta Renova Energia comercializou, no LER 2014, 150,4 MW de capacidade instalada, correspondente a 42,7 MW médios, de energia eólica e solar. A vigência dos contratos será de 20 anos, tendo início o suprimento de energia em outubro de 2017. Foram comercializados 43,5 MW de capacidade instalada, sendo 20,9 MW médios, de energia eólica, a serem gerados por três parques eólicos, localizados no estado da Bahia, pelo valor médio R\$ 138,90/MWh (data base de outubro de 2014). Adicionalmente foram comercializados 106,9 MW de capacidade instalada, sendo 21,8 MW médios, de energia solar a serem gerados por quatro parques solares, também localizados na Bahia, pelo valor médio de R\$ 220,30/MWh (data base de outubro de 2014).

Diretoria

Paulo Eduardo Pereira Guimarães
Roberto Schäfer de Castro
João Alan Haddad

Contador

Edmundo Leão de Matos Filho
CRC-MG nº 56.401/O-6